

# Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai<sup>1</sup>

**Lorena Izá Pereira**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.  
e-mail: iza.pereira@unesp.br

## Resumo

O capital historicamente tem utilizado a terra para garantir a sua acumulação. No século XXI, caracterizado por dinâmicas globais ímpares, a terra adquire um caráter cada vez mais mercadológico e é transformada em ativo financeiro. Essa corrida mundial por terras resulta no processo que entendemos enquanto controle do território. Diferente do que a maioria das pesquisas propagam, o controle do território não é único em todo o globo, pois é resultado de dinâmicas gerais (globais), particulares (nacionais/regionais) e singulares (locais) em interação. A partir do estudo de caso do Paraguai, o objetivo deste artigo é debater sobre as singularidades do controle do território no país, trazendo as dinâmicas e contradições deste processo para a discussão. Através do levantamento e sistematização de dados disponibilizados pelo MAG e CAPECO e informações coletadas em trabalhos de campo e por meio de entrevistas, identificamos diferentes singularidades na materialização do controle do território no Paraguai, tais como a presença incipiente do capital financeiro, extrema significância do capital regional e pequena atuação do capital chinês.

**Palavras-chave:** Controle do território; *land grabbing*; estrangeirização; América do Sul.

## From global to local: the singularities of territory control in Paraguay

Capital has historically used land to guarantee the accumulation process. In the 21st century, characterized by unique global dynamics, a land acquires an increasingly market character and is transformed a financial asset. This global land rush results in a process that comes under territorial control. Unlike most of the researches propagated, territory control is not unique worldwide, as it is the result of general (global), particular (national / regional) and singular (local) dynamics in interaction. Based on the case study of Paraguay, the objective of this article is to debate the singularities of territory control in Paraguay, bringing the dynamics and contradictions of this process to the discussion. Through the survey and systematization of data made available by MAG and CAPECO and information collected in fieldwork and through interviews, we identified different singularities in the territory control material in Paraguay, as in the incipient presence of financial capital, extreme significance of regional capital and small performance by Chinese capital.

**Keywords:** Territory control; land grabbing; foreignization; South America.

## De lo global a lo local: las singularidades del control del territorio en Paraguay

## Resumen

El capital ha usado históricamente la tierra para garantizar su proceso de acumulación. En el siglo XXI, caracterizado por una dinámica global única, la tierra adquiere un carácter de mercado cada vez mayor y se transforma en un activo financiero. Esta carrera mundial por

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi desenvolvida com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Um primeiro esboço deste texto foi apresentado no XIII Encontro Nacional da Anpege (XIII ENANPEGE), realizado em setembro de 2019.

la tierra resulta en el proceso que entendemos como control del territorio. A diferencia de lo que la mayoría de las investigaciones propagan, el control del territorio no es único en todo el mundo, ya que es el resultado de dinámicas generales (globales), particulares (nacionales / regionales) y singulares (locales) en la interacción. Basado en el estudio de caso de Paraguay, el objetivo de este artículo es debatir las singularidades del control del territorio en Paraguay, trayendo a la discusión la dinámica y las contradicciones de este proceso. A través de la encuesta y la sistematización de los datos puestos a disposición por MAG y CAPECO y la información recopilada en el trabajo de campo y mediante entrevistas, identificamos diferentes singularidades en la materialización del control del territorio en Paraguay, como la presencia incipiente de capital financiero, importancia extrema del capital regional y pequeña actuación del capital chino.

**Palabras-clave:** Control del territorio; acaparamiento de tierras; extranjerización, América del Sur.

## Introdução

Este artigo é resultado de inquietações que surgiram durante o desenvolvimento da pesquisa de doutorado em Geografia intitulada “A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito’: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)”, no qual o objetivo foi entender como os agentes regionais (brasileiros, argentinos e uruguaios) controlam o território paraguaio desde 1870, final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) até o período atual através de diferentes regimes de controle do território. Os regimes do território são uma proposta para especificar as relações entre a ordem mundial de acumulação do capital, o sistema agroalimentar, alterações geopolíticas globais e do controle do território, na qual o capital necessita da incorporação de novos espaços para garantir a acumulação de capital (HARVEY, 2004) e o controle da produção e comercialização de alimentos (McMICHAEL, 2016).

Antes de tudo, esclarecemos duas questões. Primeiramente, com base em Raffestin (1993), entendemos o território como um espaço apropriado por relações de poder, sendo o território multidimensional (social, econômico, cultural, ambiental, dentre outras), multiescalar e com diferentes tipologias (FERNANDES, 2009). Assim, o território não é um substrato material, mas sim uma construção social e no qual pode ser usado para conter e excluir pessoas e os seus limites podem mudar de acordo com as estratégias de controle (SACK, 1986).

Em segundo, a partir da nossa compreensão de território, entendemos o convencionalmente intitulado *land grabbing* (BORRAS JR. e FRANCO, 2010) como um processo de controle do território (ALONSO-FRADEJAS, 2012; McKAY, 2017b). O assim chamado *land grabbing*, apesar da diversidade de definições, majoritariamente é compreendido como apropriação (trans) nacional de terras para a produção de alimentos, ração animal, agrocombustíveis, fibras e minerais (BORRAS JR e FRANCO, 2010).

O *land grabbing* foi popularizado por ativistas em um contexto de intensificação da apropriação de territórios por parte de agentes privados e estatais (empresas e fundos soberanos), especialmente a partir da convergência de múltiplas crises (alimentar, ambiental, climática, energética e financeira). Rapidamente a expressão foi incorporada por acadêmicos e instituições multilaterais<sup>2</sup>. No Brasil, este foi chamado em princípio de estrangeirização da terra (FERNANDES, 2011; PEREIRA, 2015).

De acordo com a nossa concepção, o controle do território corresponde a um processo de domínio de terras, de territórios e de seus benefícios<sup>3</sup> que ocorre via territorialização e territorialidade. Através da territorialização, ou seja, quando há de fato a formação de um território material<sup>4</sup> (SAQUET, 2007), o controle é efetivado através da compra do imóvel rural, do arrendamento, do contrato de parceria, dentre outras estratégias utilizadas por corporações para acessarem o território.

Via territorialidade ocorre através do controle indireto, do controle dos insumos, das relações de produção, da comercialização e do processamento. Ou seja, há um controle a montante e a jusante, material e imaterial, permeado por relações de poder, há a ascensão de novos mecanismos e formas de controle cada vez mais sofisticadas e que não exigem a propriedade legal da terra (PEREIRA, 2019a, McKAY, 2017a). O controle do território envolve múltiplos agentes, nacionais e internacionais. A estrangeirização da terra, expressão popularizada no Brasil como sinônimo de *land grabbing*, é o controle do território pelo capital estrangeiro.

Dentre as diferentes questões que nos assolaram na construção da pesquisa, o principal incomodo foi o fato de diversas pesquisas, especialmente da academia internacional, se referirem convencionalmente intitulado *land grabbing* como um processo único e homogêneo que atinge diferentes países não só do Sul, mas de todo o globo (PLOEG, BORRAS JR., e FRANCO, 2015). Ora, se a realidade é constituída pelo movimento contraditório do espaço-temporalidade para concretização do capital, mediado pelas relações sociais de trabalho e de produção (THOMAZ JR., 2005) em um sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2004), defendemos que o controle do território se materializa de forma distinta em cada realidade.

Com base na tríade *singular – particular – geral*, onde “o singular e o geral não existem de maneira independente, mas somente por meio das formações materiais particulares” (CHEPTULIN, 1982, p. 194), o controle do território é resultado de dinâmicas

<sup>2</sup> Instituições multilaterais e empresas frequentemente utilizam a expressão aquisição de terras em grande escala (REYDON e FERNANDES, 2012), pois julgam a que o *land grabbing* não é uma expressão neutra e sim carregada de ativismos.

<sup>3</sup> A terra é um recurso que contém outros recursos e que possibilita a produção de alimentos (LI, 2014). Dentre estes benefícios destacamos os recursos naturais, as águas, a biodiversidade, os recursos minerais, as relações sociais, culturais, econômicas, entre outros.

<sup>4</sup> É material, mas ao mesmo tempo está vinculada a aspectos políticos, econômicos e imateriais.

gerais (globais), particulares (nacionais/regionais) e singulares (locais) em interação, quebrando com o imaginário de que o mesmo é igual em todo o globo. A formação social preexistente, bem como características edafoclimáticas, regime de propriedade da terra e marcos regulatórios influenciam na forma com que o controle do território é materializado.

A partir desta perspectiva, o objetivo desse artigo é debater sobre as singularidades do controle do território no Paraguai, trazendo as dinâmicas e contradições deste processo para a discussão. Selecionamos o Paraguai como escala de análise por duas razões. Primeiro porque é um país no qual o controle do território é estrutural, influenciando historicamente a formação social do país. Em segundo, pelo caráter Geopolítico que o controle do território assume no Paraguai, considerando que o capital regional (Brasil, Argentina e Uruguai), ao controlar o território, controla as políticas públicas e o próprio Estado paraguaio em si. Esse processo ocorre por meio de regimes de controle do território, que são definidos como “estrutura regulamentada para acumulação do capital no espaço e tempo”. Segundo Pereira (2019a, p. 114):

Os regimes do controle do território são caracterizados como uma proposta para especificar as relações entre a ordem mundial de acumulação do capital, o sistema agroalimentar, alterações geopolíticas globais e do controle do território, na qual o capital necessita da incorporação de novos espaços para garantir a acumulação de capital e o controle do comércio de alimentos.

Há três regimes de controle do território paraguaio desde 1870 (final da Guerra da Tríplice Aliança) até a atualidade. O primeiro regime ocorreu entre 1870 e 1950, sendo caracterizado pela mudança no regime de propriedade fundiária, abertura do mercado de terras (especialmente para o capital estrangeiro) e formação de uma classe de camponeses sem terra. Neste primeiro regime, o controle era exercido majoritariamente por empresas e pessoas físicas oriundas da Argentina e que tinham o interesse a exploração do Quebracho<sup>5</sup> para a extração do tanino na região Ocidental do Paraguai, também conhecida como Chaco paraguaio (PEREIRA, 2019a).

O segundo regime se inicia na década de 1950 e perdura até meados da década de 1990, sendo marcado pelo regime ditatorial de Alfredo Stroessner (1954-1989), pelos conflitos fundiários na região central do Paraguai – departamentos de Paraguarí, Cordillera, Central, Guairá e porções de Caazapá e Misiones –, expansão da fronteira agrícola tanto no Paraguai em direção ao Leste, tanto no Brasil em direção ao Oeste. Esta dinâmica resultou

---

<sup>5</sup> Corresponde a uma árvore sul-americana presente em algumas regiões da Argentina, Brasil e com maior abundância no Paraguai. Apresenta madeira resistente e contém cerca de 20% de tanino, que é utilizado na indústria de curtimento de couros (CABALLERO, 2007). Na época apresentava um alto valor no mercado internacional. Em meados da década de 1940, devido ao surgimento de novas tecnologias e materiais sintéticos, o interesse na exploração do Quebracho diminuiu e o setor entrou em falência.

na migração de brasileiros (pequenos produtores e latifundiários) para o Paraguai, que introduziram o cultivo de soja na década de 1970, acirrando a questão agrária paraguaia.

Em 1990 é inaugurado o terceiro regime de controle do território. Além da abertura democrática (1989-1993), neste período há uma expansão da fronteira agrícola em direção aos departamentos da região Central do Paraguai, especialmente protagonizada por aqueles brasileiros que durante o segundo regime se territorializaram nos departamentos fronteiriços. Ademais, a partir do século XXI, mediante a intensificação da corrida mundial por terras, há um renovado interesse do capital estrangeiro no Paraguai. Há a inserção de novos agentes, como as empresas e os latifundiários uruguaios, além da intensificação das corporações transnacionais, que atuam na provisão de insumos (agrotóxicos, sementes transgênicas, maquinários, entre outros) e no processamento e comercialização de soja, controlando a cadeia produtiva a montante e a jusante.

Para atingir o objetivo aqui proposto, além de uma revisão bibliográfica, utilizamos procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos. Em relação ao primeiro, sistematizamos dados disponibilizados pelo Ministerio de Agricultura e Ganadería (MAG) e pela Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO). De antemão, destacamos a dificuldade de trabalhar com dados quantitativos no Paraguai, considerando que as bases de dados não são sistematizadas, geralmente não estão disponíveis *online*, sem mencionar a falta de periodicidade dos mesmos, o que implica nas comparações e análises.

No que tange as metodologias qualitativas, realizamos trabalhos de campo nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Central e Paraguarí, além da capital Asunción. Ressaltamos a importância de compreender o trabalho de campo como um instrumento de pesquisa fundamental para a ciência geográfica, desde que seja construído a partir da relação entre método, teoria e realidade estudada (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006; LACOSTE, 2006). Durante os trabalhos de campo utilizamos a metodologia de entrevistas semiestruturadas, onde dialogamos com agentes do agronegócio e camponeses paraguaios.

O artigo está estruturado em três seções. Primeiramente debateremos sobre o controle do território em escala global, buscando evidenciar elementos globais do processo, ou seja, aquilo que é geral (CHEPTULIN, 1982). Nesta mesma seção, elencaremos algumas particularidades e singularidades do controle do território em outros continentes e países, com o intuito de mostrar a diversidade da materialização do processo. Em um segundo momento iremos expor brevemente sobre o avanço do agronegócio e questão agrária no Paraguai, mostrando as bases históricas que permitem que este país seja controlado pelo capital regional. Por fim, discutiremos acerca das singularidades do controle do território paraguaio, elencando as dinâmicas e contradições deste processo.

## O controle do território em escala global

A escala da ação do controle do território é o global. A primeira característica é a conjuntura geopolítica, econômica e social em que o mesmo é gestado. O controle do território apresentou seu ápice em 2007/2008 em meio uma convergência de múltiplas crises (alimentar, ambiental, climática, energética e financeira) e mudanças geopolíticas globais. Tais alterações envolvem um contexto de globalização neoliberal, possibilitado pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002). Ademais, há a ascensão de uma nova ordem mundial multipolar marcada pela presença da China<sup>6</sup> (OLIVEIRA, 2016) e de blocos de países emergentes como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e pelos *Middle Incomes Countries* (MICs) (McKAY, HALL e LIU, 2016).

Outro elemento de característica global do processo corresponde aos avanços do capital financeiro em relação as atividades produtivas (FAIRBAIRN, 2014; BOECHAT, PITTA e TOLEDO, 2017). Em uma crise financeira, as finanças se tornaram mais significativas, transpôs em mercados cada vez maiores que anteriormente não possuíam investimentos através de maneiras diversas, complexas e perversas, expandido desigualmente a acumulação de capital fictício as custas do capital real, afetando todos os aspectos da acumulação ao longo de toda cadeia produtiva.

No mesmo sentido da financeirização, a acumulação primitiva (MARX, 1970 [1867]) e acumulação por despossessão (HARVEY, 2004), cada vez mais estão presentes nas discussões globais acerca do controle do território. É quase um consenso que a intensificação do controle do território envolva necessariamente a desterritorialização violenta, no sentido que algumas pesquisas apontam que só tem processo de controle caso haja desterritorialização (LEVIEN, 2012). Isso nos faz questionar sobre quais são os reais impactos do avanço do controle do território. Há diferentes impactos e diversas maneiras de reagir a estes.

Mamonova (2015), por exemplo, ao expor o caso da Ucrânia, constatou que os camponeses possuem uma tolerância e aceitação pacífica das mudanças relacionadas ao controle, dependendo dos termos de inclusão dos mesmos nos acordos. Geralmente os camponeses estão mais preocupados com o ganho individual de terras do que com o coletivo. As resistências também são alvo de debate em escala global. Há um debate quase unânime de que todo *controle do território* resulta em uma ação de resistência. Embora as

---

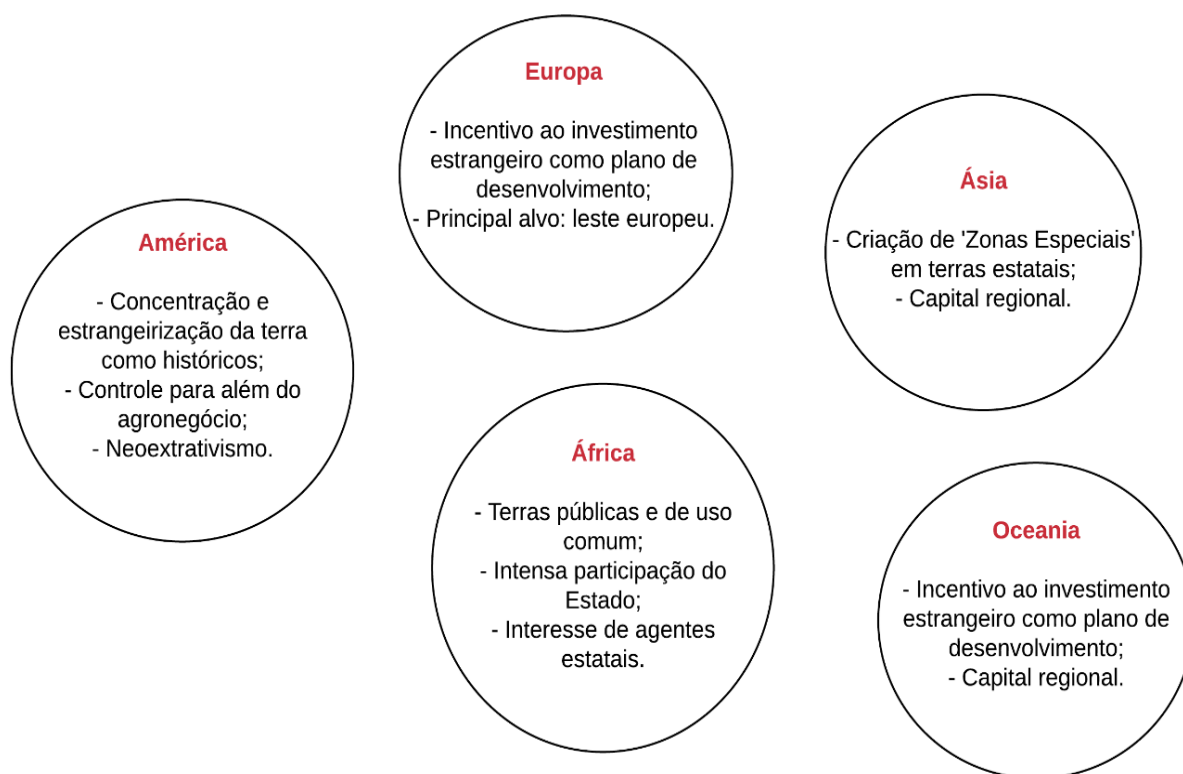
<sup>6</sup> No final da década de 1990 a China iniciou a política intitulada *Going Global* (OLIVEIRA, 2016), que corresponde a expansão chinesa em diferentes mercados em todo o globo, com interesses estatais e privados convergentes (HOFMAN e HO, 2012). A expansão chinesa é geopolítica e estratégica, especialmente no que tange ao crescimento populacional, mudança na dieta alimentar e escassez de áreas para a expansão da produção agrícola.

resistências sejam frequentes e diversas, não é em todos os casos que as mesmas são materializadas.

O papel contraditório do Estado, que é um agente chave na efetivação do controle do território, também é um elemento importante. Os Estados não se dividem entre aqueles que controlam territórios e aqueles que são controlados (WOLFORD, BORRAS JR., HALL, SCOONES e WHITE, 2013), há nações que ao mesmo tempo em que são alvos do processo, investem na apropriação de terras no exterior, como é o caso do Brasil que possui negócios em Moçambique e Angola (CLEMENTS e FERNANDES, 2013). Ademais, os governos têm diferentes recepções/respostas a corrida mundial por terras e, concomitantemente, impulsionam tais investimentos através de políticas públicas de financiamento e restringem por meio de marcos regulatórios. O Brasil é um bom exemplo, as políticas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possibilitou que diferentes agentes começassem a investir no Brasil e ao mesmo tempo, promulgou o Parecer LA 01, de agosto de 2010, restringindo a aquisição de imóvel rural por estrangeiro no Brasil (PEREIRA, 2015; CASTRO e SAUER, 2017).

Diante deste panorama global do controle do território, cada continente, país e localidade apresentam diferentes particularidades e singularidades, resultado das características históricas, geográficas e geopolíticas específicas ao longo do seu processo de formação social (Organograma 01). Na Europa, por exemplo, o controle do território é uma realidade, especialmente nos países do leste (COSTANTINO, 2019), mas as práticas *neoextrativistas* não fazem parte desta. Ademais, a Itália é alvo de práticas de *green grabbing* (KAY, 2016). Já na África, há o avanço do capital ocorre sobre terras estatais e de uso comum, o que mostra que regimes de propriedade podem ser alterados com a ampliação do controle do território.

### Organograma 01: Controle do território no globo.



Org.: Autora (2020).

A América Latina apresenta características particulares, tais como o fato da estrangeirização da terra e da concentração fundiária serem elementos centrais para compreender a ascensão do capital no campo latino-americano e de estar para além do setor agroalimentar (BORRAS JR., KAY, GÓMEZ e WILKINSON, 2012), nos forçando a quebrar o *agro-centrismo* (EDELMAN, 2016). Na América Latina o controle ocorre através de diferentes territorialidades e dimensões, como *green grabbing*<sup>7</sup>, apropriação da paisagem, mineração e especulação com terras (HOLMES, 2014; PEREIRA, 2018). Ademais, há variadas formas acesso ao território, de impactos e resistências, mudando de país para país.

### A questão agrária no Paraguai: breves apontamentos

<sup>7</sup> Também intitulada de grilagem verde. Corresponde ao controle do território justificado pela preservação ambiental. Exemplos são o mercado de crédito de carbono, investimento em ativos ambientais, fontes de energia alternativas (eólica, fotovoltaica), dentre outros.



Segundo Kretschmer (2018, p. 109) “la tierra ha sido en Paraguay, a lo largo de su historia, el principal motivo de convulsiones políticas y de protestas sociales”. Para entender a atual questão agrária do país é necessário retornar ao período entre 1811 e 1870 (1814-1840: governado por Dr. Gaspar Rodríguez de Francia; 1842-1870: governado por Carlos António López e Francisco Solano López), no qual o Paraguai foi independente em termos econômicos e políticos, tendo como medidas o confisco de terras da Coroa espanhola e isolamento tanto da Espanha quanto dos países limítrofes (VILLAGRA, 2014). No período em questão, o Estado paraguaio se constituiu como proprietário da maior parte das terras públicas do país (PASTORE, 1972), pautado por um modelo de desenvolvimento que visava o fortalecimento da agricultura camponesa.

Em 1864 eclode a Guerra da Tríplice Aliança<sup>8</sup>, na qual Argentina, Brasil e Uruguai, incentivados pela Inglaterra (CAMPOS, 2012) quase que dizimam o Paraguai, que, ao final da guerra, estava devastado demográfica e economicamente<sup>9</sup>, sob o domínio da Tríplice Aliança e da Inglaterra. Conforme explicitado na introdução, é a partir deste momento inicia-se os regimes de controle do território paraguaio: primeiro regime (1870-1950), segundo regime (1950-1900) e terceiro regime (1990-atual).

A guerra resultou na alteração o regime de propriedade da terra no país, instaurando a propriedade privada como direito inviolável (VILLAGRA, 2014; KLEINPENNING, 2014). Com a justificativa para gerar divisas para cobrir os gastos da guerra, foram promulgadas leis de venda de terras públicas, beneficiando exclusivamente o capital estrangeiro, especialmente aqueles oriundos da Argentina para a exploração de Quebracho no Chaco paraguaio. Segundo Pastore (1972), até 1900, mais de 20.000.000 de hectares tinham sido vendidos, a maioria para estrangeiros, pois os camponeses e indígenas não possuíam recursos para adquirir estas terras. Assim, criou-se uma classe de camponeses sem terra, iniciando a questão agrária paraguaia.

A partir da segunda metade do século XX, com o início da ditadura militar de Alfredo Stroessner (Partido Colorado, 1954-1989), a questão agrária torna-se expressivamente o centro dos problemas sociais no Paraguai. A marca de Stroessner foi a aproximação com o Brasil, estratégia geopolítica adotada pelo ditador para deixar a

---

<sup>8</sup> Existem quatro vertentes que buscam compreender o que culminou a Guerra da Tríplice Aliança. A primeira coloca o governo de Solano López como tirano, como um ditador que estava impedindo o desenvolvimento paraguaio, onde os países que conformavam a Tríplice Aliança como salvadores da nação paraguaia, tal concepção reforçava o nacionalismo brasileiro foi hegemônica até a década de 1980 (DORATIOTO, 2002). Outro ponto de vista diz respeito ao receio por parte do Paraguai referente ao expansionismo Brasileiro no continente (MOTA, 1995). Uma terceira vertente argumenta que Solano López possuía um plano de conquistas de novos territórios na América do Sul e por este motivo ocupou o Brasil em 1864 (DORATIOTO, 2002). Por fim, a quarta perspectiva insere a causa da Guerra na disputa pelos limites territoriais que se estendia desde 1850 (BREZZO, 2004).

<sup>9</sup> Em 1894 a população paraguaia era estimada em 800.000 habitantes e em 1872 a população total do país era de 231.196 habitantes, sendo que 31.296 eram estrangeiros que já habitavam no país (PASTORE, 1972). Além de uma drástica redução demográfica o que mais preocupava o governo provisório paraguaio era a distribuição entre sexo e idade.

Argentina em segundo plano (YEGROS e BREZZO, 2013). Esta aproximação entre Brasil e Paraguai foi essencial para o controle do território paraguaio pelo capital brasileiro, uma vez que foi justamente com Stroessner que se inicia a apropriação do território paraguaio pelo Brasil. Segundo Menezes (1987, p. 44), é “bem possível que a aproximação entre Brasil e Paraguai não tivesse acontecido se Stroessner não tivesse assumido o poder em 1954 e empurrado seu país para perto do Brasil”.

O Brasil, por sua vez, passava por um momento de modernização conservadora e excludente da agricultura (DELGADO, 1985), o que resultou no aumento do preço da terra na região Sul do país, impulsionando o processo de migração de camponeses e latifundiários para o Paraguai. Não é possível entender a atual situação do Paraguai sem mencionar a modernização da agricultura no Brasil, pois segundo Nickson (1981, p. 111): “economic forces outside Pargauay have been largely responsible to ‘opening up’ the region”. O Estado paraguaio, por sua vez, estava muito interessado na migração de brasileiros e exerceu um papel importante através o incentivo a colonização da região fronteira Oriental, com o objetivo de povoá-la (PALAU e HEIKEL, 1987).

As razões para a política de povoamento foram, especialmente, de ordem geopolítica, estando enquadrados na *Alianza para el Progreso*<sup>10</sup> e na *Doutrina de Seguridad Nacional*<sup>11</sup>, na qual o Estado deveria ocupar espaços *vazios*, onde *espacio vazio* é sinônimo de território fora do controle estatal. Ademais, havia concentração de minifúndios e conflitos por terra na região central do Paraguai – departamentos de Paraguarí, Cordillera, Central, Guairá e porções de Caazapá e Misiones – a chamada *región campesina arraigada* (VÁZQUEZ, 2006). Foi justamente nesta região que se originou o primeiro movimento socioterritorial de luta pela terra no país, As Ligas Agrarias Cristianas (LACs)<sup>12</sup>, exatamente pelo fato de haver muitos camponeses em uma área, o que estava impossibilitando a produção de alimentos (DELGADO, 2012).

Assim, havia um fluxo convergente. Durante a década de 1950 o governo do Paraguai institucionalizou um programa de colonização intitulado *Marcha hacia el Este*, com o objetivo de desconcentração fundiária e diminuição dos conflitos entre camponeses e latifundiários na região central do país. Em convergência, ocorria a *Marcha para o Oeste*, impulsionada pela modernização da agricultura no Sul do Brasil. Frisamos que a região fronteira Oriental não era totalmente desabitada como o discurso do Estado disseminava. Deste modo, a *Marcha hacia el Este* no Paraguai coincidiu com a *Marcha para o Oeste* no

---

<sup>10</sup> Projeto político iniciado pelo governo dos EUA em 1961 com o objetivo de integrar os países latino-americanos contra a ameaça soviética.

<sup>11</sup> A segurança nacional se consolidou como uma categoria política durante a Guerra Fria, especialmente nas áreas onde os EUA tinham influência.

<sup>12</sup> As Ligas Agrarias Cristianas (LACs) surgiram através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. As LACs foram violentamente reprimidas e o governo Stroessner para acabar com o problema fundiário do Paraguai investiu em um programa de colonização, a *Marcha hacia el Este* (TALESCA, 2004).

Brasil. Isto gerou um problema fundiário no Paraguai que é sentido até a atualidade. Os camponeses paraguaios foram duplamente desterritorializados. Em um primeiro momento, quando o Estado os desterritorializou da região central do país para o Leste paraguaio e, posteriormente quando brasileiros, desterritorializados da região Sul do Brasil e reterritorializados no Paraguai, os desterritorializou mais uma vez.

Com os brasileiros, iniciou-se o cultivo de soja no Paraguai. Assim, o *boom* da soja na década de 1970 foi impulsionado por uma estratégia de desenvolvimento nacional de colonização motivada, em grande parte, pela política de Stroessner de aproximação com o Brasil (EZQUERRO-CAÑETE, 2016). Atualmente o Paraguai vive um processo de *sojización* (CORREIA, 2017; PEREIRA, 2019b), se configurando como o quinto maior produtor de soja e quarto maior exportador no *ranking* mundial, com 9.900.000 toneladas produzidas e 5.900.000 toneladas exportadas na safra 2019/2020 (CAPECO, 2020). A produção é concentrada nos departamentos fronteiriços, sobretudo, Alto Paraná e Canindeyú. Porém, há a expansão da fronteira agrícola em direção ao Chaco paraguaio (PEREIRA, 2019b).

Os agentes brasileiros são responsáveis por 90% do total de soja produzida no país (WESZ JR., 2016) e as corporações transnacionais, como o ABCD da soja – ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus – controlam a cadeia produtiva a montante (insumos e tecnologias) e a jusante (processamento, comercialização e exportação). Com a *sojización* intensificam-se os conflitos territoriais relacionados à produção de alimentos, uso indiscriminado de agrotóxicos, desterritorializações e crimes ambientais.

### **As singularidades do controle do território no Paraguai**

O Paraguai atual é fruto dos diversos territórios e territorialidades do controle do território nos diferentes períodos ao longo do seu processo de formação espacial. No contexto atual, a singularidade refere-se a própria periodicidade do processo. É quase que consenso que as transações em escala global se intensificaram após o ápice da crise financeira e dos preços dos alimentos em 2008 (BORRAS JR. e FRANCO, 2010). Contudo, em um primeiro momento, a tendência de acirramento da corrida mundial por terras não atinge o Paraguai (2008). O paroxismo da situação no país ocorreu após o ano 2012. Entre 2008 e 2012 o presidente do Paraguai era Fernando Lugo (Partido Aliança Patriótica para a Mudança/2007-2010 e Frente Guasú/2010 até o presente).

O governo de Lugo fez parte de um movimento de governos progressistas que ocorreu em diferentes países da América do Sul<sup>13</sup>. Embora as pautas deste governo eram a soberania energética (Usina Binacional de Itaipu) e a reforma agrária (FOGEL, 2018), Lugo

---

<sup>13</sup> Corresponde a governos que embora tivessem como pauta políticas de fortalecimento social, não romperam com os moldes neoliberais.

pouco conseguiu avançar, ficando restrito apenas ao veto a aprovação de novas sementes transgênicas. A partir do momento em que Lugo começou a intervir em pontos que são os pilares do modelo de acumulação paraguaio, como o caso da mensura judicial de Ñacunday, em terras do brasileiro Tranquilo Favero, foi deposto através de um golpe parlamentar<sup>14</sup> (EZQUERRO-CAÑETE e FOGEL, 2018). Isto evidencia o poder do agronegócio (brasileiro) no Paraguai.

A questão do Estado enquanto agente contraditório do controle do território também é questionável no Paraguai. Em momento algum no atual período o Estado utilizou ações ou políticas na tentativa de barrar o avanço do capital, especialmente estrangeiro, no *land grabbing*. O Estado orienta todas as suas políticas para a promoção de um modelo de desenvolvimento voltado para o agronegócio, inclusive infringindo direitos de camponeses e indígenas. Segundo o BASE Investigaciones Sociales (09 mai. 2019) o Estado não respeita nem as recomendações estabelecidas em âmbito da União das Nações Unidas (ONU) e utiliza da prática de *desalojos forzosos*. Frequentemente, o Estado paraguaio é denunciado na Corte Interamericana de Derechos Humanos.

No que tange as resistências frente ao avanço do controle do território, o mesmo ocorre em escala local, resultando na recriação das estratégias de luta do campesinato. O campesinato paraguaio cada vez menos utiliza ações de enfrentamento direto, considerando que a criminalização da classe é violenta, e passa a se organizar em movimentos de luta pelo território. Ações como feiras, mesas de diálogo e atividades culturais em espaços públicos em centros urbanos são frequentemente utilizadas, com o objetivo de conscientizar a população acerca da importância da segurança e soberania alimentar. Porém, é necessário enfatizar que ações como ocupações de terra e manifestações ainda são utilizadas e se constituem como um eixo importante de luta.

Outra singularidade pertinente é a presença do capital financeiro. Quando iniciamos a pesquisa em 2015, a nossa hipótese inicial era de que no século XXI emerge um novo regime do controle do território, caracterizado pela dominância do capital financeiro (CHESNAIS, 2005; FREDERICO, 2019). Em escala global a hipótese é condizente. Todavia, a realidade paraguaia refuta a mesma, porque a presença do capital financeiro na agricultura e mercado de terras ainda é excepcionalmente restrito. Há casos de empresas financeirizadas argentinas que atuam no Chaco paraguaio, região de expansão da fronteira agrícola, mas corresponde a um número pequeno. Há também a especulação tradicional, isto é, a terra é utilizada como reserva de valor e não há a aplicação de capital financeiro

---

<sup>14</sup> Lugo foi deposto após o massacre de Curuguaty, no qual onze camponeses e seis policiais foram assassinados em um conflito em uma propriedade da empresa Campos Morombí, pertencente à família Riquelme. O massacre foi no dia 15 de junho de 2012. Em trabalho de campo realizado em setembro de 2019 constatamos que as famílias ainda ocupam a área reivindicada.

para sua valorização e posterior venda, como o caso de imobiliárias uruguaias que começaram a atuar no Paraguai a partir de 2008 (PEREIRA, 2019a).

Em entrevistas com consultores dos agentes que investem no Paraguai nos foi posto que a ausência do capital financeiro é decorrente da infraestrutura precária (estradas, ferrovias, acesso a tecnologias, dentre outros) e escassez de pesquisas científicas sobre o país. A questão que nos foi colocada pelos consultores dos agentes financeiros é: como investir em um país no qual não se tem conhecimento básico sobre o mesmo<sup>15</sup>? Ou seja, é um investimento de risco que não atrai o capital financeiro. Nossa hipótese é que, de acordo com a intensificação do desenvolvimento de pesquisas sobre o Paraguai somado a necessidade de garantir a acumulação de capital, as investidas do capital financeiro irão se acentuar.

Acerca da origem dos agentes, destacamos a importância histórica do capital regional, especialmente empresas brasileiras, uruguaias e argentinas, que, por motivos de aumento do preço da terra nos seus respectivos países, viram e veem o Paraguai como uma alternativa interessante para expandir seus investimentos. Estimamos que aproximadamente 35% do território paraguaio esteja em posse de brasileiros (PEREIRA, 2019a). As empresas argentinas também atuam na produção de soja e no mercado de terras paraguaio através das translatinas, isto é, empresas domésticas que a partir da década de 1990 se capitalizaram através de investidores institucionais (PEREIRA, 2019a). Em 2008 pessoas físicas e empresas uruguaias começaram a investir no Paraguai devido ao aumento do preço da terra no país<sup>16</sup> e decorrente concentração fundiária (BENÍTEZ e NEUMANN, 2015).

Um ponto singular é a presença chinesa no agronegócio paraguaio. A China é responsável por aproximadamente 60% da soja produzida na América Latina (McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017). Contudo, o Paraguai não possui relações diplomáticas e comerciais com a China, pelo fato de reconhecer Taiwan como país independente (PINHEIRO-MACHADO, 2010). Tal impasse diplomático faz com que agentes chineses buscassem alternativas de acessar o mercado paraguaio, como aquisição de empresas estrangeiras já atuantes no Paraguai.

O quinto maior produtor de soja do globo rompe com a tendência global e não possui a China no seu leque de países importadores de soja, muito menos apresentam empresas chinesas territorializadas no país. Em 2014 a situação começa a ser alterada, pois

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada com consultores de investidores uruguaios no Paraguai. A entrevista ocorreu em Asunción, em maio de 2018. Por solicitação dos mesmos, não divulgaremos as respectivas identificações.

<sup>16</sup> Em 2000 o valor médio do hectare no Uruguai era de US\$ 448,00 e em 2018 este valor aumentou para US\$ 3.257,00, uma elevação de cerca de 700% em um período de 18 anos. Já o preço dos arrendamentos evoluiu aproximadamente 450% no período de 2000 a 2011, pois em 2000 o preço médio do arrendamento do hectare/ano no Uruguai era de US\$28,00, em 2014 este valor foi de US\$174,00 e em 2015 de US\$124,00 (ANUARIO ESTADÍSTICO AGROPECUARIO, 2016).

51% da empresa a Noble, de capital de origem de Hong Kong, atuante no mercado paraguaio através da Noble Paraguay S.A., foi adquirida pela chinesa COFCO Agri (Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentos da China) (COFCO INTERNATIONAL, 2019).

Em agosto de 2018, a COFCO liderou o *ranking* dos exportadores de soja do país, com 827.000 toneladas exportadas (ÚLTIMA HORA, 17 set. 2018). Em 2019 a COFCO Agri se manteve na liderança das exportações de soja em grão (ÚLTIMA HORA, 09 jun. 2019). A soja produzida pela COFCO International Paraguay S.A. no Paraguai é exportada para a Argentina e a filial COFCO International Argentina S.A realiza a exportação para a China, isso explica o fato da exportação de soja para Argentina ter elevado de 13% em 2015 para 69% em 2019 (CAPECO, 2020).

### **Considerações finais**

O controle do território é formado por dinâmicas globais, regionais e locais em interação. Logo, o mesmo apresenta materializações distintas em cada continente, país e região. A escala de ação do controle do território é a global, mas a sua materialização é na escala local. A heterogeneidade do controle do território é percebida em diferentes escalas. O controle do território se efetiva na África por meio da apropriação de terras de uso de comum (OYA, 2013; COSTANTINO, 2019), já na Ásia, além da presença do capital regional, há os projetos implantados por meio das Zonas Econômicas Especiais (LEVIEN, 2013; COSTANTINO, 2019).

A América Latina é um dos principais alvos da corrida mundial por terras (LANDMATRIX, 2020) e embora nestes mais de quinhentos anos apresente um processo de invasão, colonização e exploração semelhante, cada nação possui as suas particularidades e singularidades. No Brasil o elemento que se sobressai é a transformação da terra em ativo através da financeirização (VISSER, 2016; FREDERICO, 2019). Na Argentina, para além do mercado agrícola, o foco é a grilagem verde, a mineração e a apropriação da paisagem. No Uruguai, o processo ocorre, especialmente, pelos agentes argentinos que devido ao aumento do preço da terra em seu país de origem, encontra na aquisição de terras uruguaias uma fonte de garantia de acumulação.

Assim, não é possível entender a questão agrária paraguaia em um contexto isolado. A partir da necessidade de ajustes espaciais e temporais (HARVEY, 2004) por parte do capital, para garantir a sua acumulação em períodos de crises, o Paraguai é um território que historicamente tem se constituído como ajuste espacial e temporal para atender as demandas do capital regional, especialmente de agentes brasileiros, argentinos e, recentemente, uruguaios. Em diferentes momentos o capital regional expandiu-se para o

Paraguai com esse intuito. No pós Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), agentes argentinos voltaram suas ações para o Paraguai Ocidental com objetivo de explorar *Quebracho* para a extração do tanino (PEREIRA, 2019a).

Na década de 1950, novamente o Paraguai torna-se alvo do capital regional, desta vez de agentes brasileiros. O Brasil passava pela modernização da agricultura, o que resultou no aumento do preço da terra e migração heterogênea (PALAU e HEIKEL, 1987) e de brasileiros (pequenos e médios agricultores e latifundiários) para o Paraguai. Juntamente com os brasileiros foi introduzida a soja no país. A título de exemplo, em 1973 apenas 15.500 hectares foram cultivados apenas nos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, em 1983 este número saltou para 330.000 hectares (RIQUELME e KRETSCHMER, 2016). A soja impactou diretamente o cultivo de algodão, considerado como cultivo de renda do campesinato paraguaio (PALAU, 2008).

No século XXI, agentes uruguaios também passam a investir no Paraguai, especialmente devido ao aumento do preço da terra, decorrente de uma onda de aquisição de terras uruguaias por estrangeiros (PEREIRA, 2019a). A região de interesse dos uruguaios é o Chaco paraguaio (região Ocidental), fronteira agrícola do país. O Chaco é classificado como inapto para o cultivo de soja, o que é resultado do clima seco, de um regime hídrico com baixa incidência de chuva e solos com baixa fertilidade e isto ajuda na justificativa da pecuária como uma alternativa para a região.

Contudo, desde 2015 a CAPECO em parceria com o United State Department of Agricultural (USDA) tem realizado pesquisas com o objetivo de desenvolver uma semente de soja resistente a seca característica do Chaco. Na safra 2016/2017 foram cultivados 20.000 hectares da *commodity*, com um rendimento médio de 3.000 a 3.400 quilos por hectare (ÚLTIMA HORA, 25 abr. 2018) e a projeção da Asociación Rural del Paraguay (ARP) é o plantio de 500.000 hectares no Chaco até 2030 (ÚLTIMA HORA, 12 jul. 2018). Ou seja, a fronteira agrícola está em movimento.

Segundo os dados do Ministério da Agricultura y Ganadería, em 2008, 8.954 (3,20%) estabelecimentos agropecuários estavam em posse de brasileiros e 2.833 (1,03%) propriedades sob domínio de outras nacionalidades. A região Oriental apresentava uma concentração mais acentuada, totalizando 11.427 propriedades em posse de estrangeiros (8.871 brasileiros e 2.556 de demais nacionalidades). Enquanto a região Ocidental possuía naquele momento somente 360 estabelecimentos agropecuários sob domínio direto de estrangeiros (83 brasileiros e 277 de outras nacionalidades) (MAG, 2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f).

Após 2008 não há dados oficiais sobre a quantidade de terras sob domínio estrangeiro no Paraguai. Glauser (2009) estipulou que 19% do território paraguaio estava controlado pelo capital estrangeiro em 2009. Atualmente estima-se que 35% do território

paraguaio esteja sob controle direto e indireto do capital estrangeiro (PEREIRA, 2019a). O controle do território no Paraguai ocorre majoritariamente pelos agentes estrangeiros e o processo tem resultado em diferentes impactos em múltiplas escalas. A concentração da terra e renda tem aumentado, a produção de alimentos diminuído, a pobreza extrema no campo é uma realidade cada vez mais dura e a violência e criminalização contra aqueles que lutam pela terra tende a aumentar. É este o modelo de desenvolvimento utilizado pelo Estado paraguaio que, por sua vez, é controlado por uma elite latifundiária e pelo capital estrangeiro.

## Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. ROCHA-LEÃO, Otávio Miguez de. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 51-68, 2006.

BASE IS. Desalojos forzosos, otra práctica ilegal del Estado Paraguayo. **BASE Investigaciones Sociales**, publicado em 09 mai. 2019. Disponível em: <<http://www.baseis.org.py/desalojos-forzosos-otra-practica-ilegal-del-estado-paraguayo/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BENÍTEZ, Gustavo Daniel; NEUMANN, Pedro Selvino. Estrutura e funcionamento do Mercado de Terras no Uruguai. **Desenvolvimento em Questão**, ano 13, n. 31, p. 356-394, 2015.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. Land Grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 75-91, 2017.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series**, The Hague, 2010.

BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.

BREZZO, Liliana. La Guerra de la Triple Alianza en los límites de la ortodoxía: mitos y tabúes. **Universum**, v. 19, n. 1, p. 10-27, 2004.

CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte. Redes y organizaciones sociales en el progreso de ocupación del Gran Chaco. **Revista de Indias**, v. LXVII, n. 240, p. 485-520, 2007.

CAMPOS, Daniel. Concentración, extranjerización y formas de producción de la tierra en el Paraguay. **Cuaderno Interno SER**, n. 24, p. 10-11, 2012.

CAPECO. **Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas**. Disponível em: <http://capeco.org.py/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. Marcos legais e a liberação para o investimento estrangeiro em terras no Brasil. MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (Orgs.). Questões agrárias, agrícolas e rurais. Conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017, p. 12-19.



CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**. Categorias e Leis da Dialética. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 35-67.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 41, n. 2, p. 41-69, 2013.

CORREIA, Joel E. Soy states: resource politics, violent environments and soybean territorialization in Paraguay. **The Journal of Peasant Studies**, p. 01-21, 2017.

COSTANTINO, Agostina. El acaparamiento de tierras en los países del Sul. Una radiografía por regiones. COSTANTINO, Agostina (Org.). **Fiebre por la tierra** – Debates sobre el land grabbing en Argentina y América Latina. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2019, p. 239-282.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, Víctor. **Ñandekuera (Todos nosotros)**. Buenos Aires: Ágora, 2012.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EDELMAN, Marc. Siete dimensiones del acaparamiento de tierras que todo investigador tendrían que tomar en cuenta. **I Conferencia Internacional “Tierras y Territorios en las Américas: acaparamiento, resistencia y alternativas”**. Bogotá: Universidad Externado de Bogotá, 2016.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo. Poisoned, Dispossessed and Excluded: a critique of the neoliberal soy regime in Paraguay. **Journal of Agrarian Change**, v. 16, n. 4, p. 702-709, 2016.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo; FOGEL, Ramón. Un golpe anunciado. Fernando Lugo y la promesa perdida de la reforma agraria en Paraguay. VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal (Org.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 89-118.

FAIRBAIRN, Madeline. Like gold with yield’: evolving intersections between farmland and finance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 777-795, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

\_\_\_\_\_. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2011.

FOGEL, Ramón B. Reforma agraria en el Paraguay. Retrocesos y luchas. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 141-166.

FREDERICO, Samuel. From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado land as a resource. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

GLAUSER, Marcos. **Extranjerización del territorio paraguayo**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

HARVEY, David. O 'novo' imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

HOFMAN, Irna; HO, Peter. China's 'developmental Outsourcing': a critical examination of Chinese global 'land grabs' discourse. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 1-48, 2012.

HOLMES, George. What is land grabbing? Exploring green grabs, conservation and private protected areas in Southern Chile. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 4, p. 547-567, 2014.

KAY, Sylvia. **Land grabbing and land concentration in Europe** – a research brief. Amsterdam: Transnational Institute, 2016.

KLEINPENNING, Jan. **Paraguay Rural (1870-1963): una Geografía del progreso, el pillaje y la pobreza**. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2014.

KRETSCHMER, Regina. Conflictos agrarios y luchas campesinas en el Paraguay. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 109-128.

LACOSTE, Yves. Pesquisa e Trabalho de Campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 77-92, 2006.

LEVIEN, Michael. The land question: Special Economic Zones and the political economy of dispossession in India. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 933-969, 2012.

\_\_\_\_\_. **Regimes of dispossession: Special Economic Zones and the Political Economy of Land in India**. Thesis (PhD in Sociology) University of California at Berkeley, 204 f, 2013.

LI, Tania Murray. What is land? Assembling a resource for global investment. **Transactions**, v. 39, p. 589-602, 2014.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen I** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009a.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen II** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009b.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen III** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009c.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen IV** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009d.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen V** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009e.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen VI** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009f.

MAMONOVA, Natalia. Resistance or adaptation? Ukrainian peasants' responses to large-scale land acquisitions. **The Journal of Peasant Studies**, v.42, n. 3-4, p. 607-634, 2015.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

McKAY, Ben. **The politics of control: new dynamics of agrarian change in Bolivia's soy complex**, 2017, 290 f. Thesis (PhD in Agrarian Studies) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2017a.

\_\_\_\_\_. Control grabbing and value-chain agriculture: BRICS, MICS and Bolivia's soy complex. **Globalizations**, v.14, n. 5, p. 01-18, 2017b.

McKAY, Ben; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BRENT, Zoe; SAUER, Sérgio; XU, Yunan. China and Latin America: towards a new consensus of resource control? **Third World Quarterly**, v. 11, n. 1, p. 01-20, 2017.

McMICHAEL, Michael. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner**. Brasil - Paraguai (1955-1980). Campinas: Papirus, 1987.

MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA. **Anuario Estadístico Agropecuario 2016**. Montevideo: MGAP, 2016.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, 1995.

NICKSON, Robert Andrew. Brazilian colonization of the Eastern Border Region of Paraguay. **Journal of Latin America Studies**, v. 13, n. 1, p. 111-131, 1981.

OYA, Carlos. The land rush and classic agrarian questions of capital and labor: a systematic scoping review of the socioeconomic impact of land grabs in Africa. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1532-1557, 2013.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. **Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 1987.

PALAU, Tomás. El Agronegocio de la soja en Paraguay - Antecedentes e impactos sociales y económicos. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 17-44.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 2015 [1972].

PEREIRA, Lorena Izá. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil: estudo de caso da empresa Umoe Bioenergy no município de Sandovalina-SP**, 2015, 174 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

\_\_\_\_\_. O processo de estrangeirização da terra na América Latina: o estudo de caso da Argentina. **Boletim DATALUTA**, n. 125, p. 01-30, mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”**: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019. 523f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019a.

\_\_\_\_\_. El agronegocio de la soja en el Paraguay: las contradicciones de un modelo de Desarrollo. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 18, n. 34, p. 182-199, 2019b.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Uma ou duas Chinas? A ‘questão de Taiwan’ sob o ponto de vista de uma comunidade chinesa ultramar (Ciudad del Este. Paraguai). **Revista Civitas**, v. 10, n. 3, p. 468-489, 2010.

PLOEG, Jan Bouwer van der; BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 36, n. 02, p. 147-162, 2015.

REYDON, Bastiaan; FERNANDES, Vitor B. Land grab or land acquisitions: lessons from Latin America and Brazil. KUGELMAN, Michael; LEVENSTEIN, Susan L. (Org.). **The global farms race: land grabs, agricultural investment and the scramble for food security**. Washington DC: Island Press, 2012.

RIQUELME, Quintín; KRETSCHMER, Regina. **Concentración de tierras y producción en Paraguay**. Análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991-2008. Asunción: CDE, 2016.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TALESCA, Ignacio. **Ligas Agrarias Cristianas (1960-1980): Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay**. Asunción: CEPAG, 2004.

THOMAZ Jr., Antonio. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. THOMAZ Jr., Antonio. **Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 1990**. Presidente Prudente: Centelha, 2005, p. 20-26.

ÚLTIMA HORA. Parcelas de soja de prueba en el Chaco fueron exitosas. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 25 abr. 2018b. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/parcelas-soja-prueba-el-chaco-fueron-exitosas-n1144567.html>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Proyectan plantar en el Chaco 500.000 hectáreas de soja. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 12 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/proyectan-plantar-el-chaco-500000-hectareas-soja-n1304819.html>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Companhia china Cofco lidera las exportaciones de soja. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 17 set. 2018. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/compania-china-cofco-lidera-las-exportaciones-soja-n2707700.html>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Cofco es la mayor exportador. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 09 jun. 2019. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/cofco-es-el-mayor-exportador-n2824464.html>. Acesso em: 03 mar. 2020.

VÁZQUEZ, Fabricio. **Territorio y población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay**. Asunción: ADEPO, 2006.

VILLAGRA, Luis Rojas. **La metamorfosis del Paraguay**. Del esplendor inicial a su traumática descomposición. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

VISSER, Oane. Running out of farmland? Investment discourses, unstable land values and the sluggishness of asset making. **Agricultural Human Values**, p. 01-14, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis – an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WESZ JR., Valdemar João. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 286-312, 2016.

WOLFORD, Wendy; BORRAS JR., Saturnino; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben. Governing global land deals: the role of State in the rush for land. **Development and Change**, v. 44, n. 2, p. 189-210, 2013.

YEGROS, Ricardo; BREZZO, Liliana. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

---

### Sobre a autora

---

**Lorena Izá Pereira** – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Presidenta da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (2019-2020). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>.

---

### Como citar este artigo

---

PEREIRA, Lorena Izá. Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

---

Recebido para publicação em 20 de março de 2020.  
Aceito para a publicação em 01 de junho de 2020.

---